



As Relações Públicas no Cotidiano das Práticas de Mobilização Social¹

Camila Chaves FERREIRA²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Com as constantes transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, a busca por novas dinâmicas que contribuam para a mobilização e fortalecimento de novos atores sociais é reiniciada a todo instante. Neste contexto, partilhar os espaços e, sobretudo as novas relações organizadas por movimentos sociais e populares que têm em comum o objetivo de construção de uma nova sociedade, faz despertar a necessidade de refletir sobre conceitos, práticas e funções específicas à Comunicação Social, especialmente às Relações Públicas. Assim, este artigo consiste em uma reflexão teórica sobre os principais conceitos e se propõe a demonstrar, por meio de inserções etnográficas, de que modo movimentos sociais expressam, no cotidiano de suas práticas, funções específicas às Relações Públicas e fundamentais para o processo de mobilização social.

Palavras-chave: Comunicação; Mobilização Social; Relações Públicas.

1 Introdução

O presente artigo consiste em uma reflexão teórica e de inserção etnográfica sobre a importância da vivência de novas relações junto aos movimentos sociais, partindo da compreensão de que estas possibilitam tanto o rompimento das ideias já construídas, como o auxílio na elaboração de outros modos de comunicar. Durante a prática da observação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem ocupando importante papel, dada sua forma de atuação – ocupando terras e prédios públicos – e, sobretudo, pelo modo como faz dos lugares conquistados, espaços de formação de novos homens, mulheres, relações.

Uma vez que se trata de relações e, tal como propõe Bourdieu (1998, p.28), mais que pensar grupos ou indivíduos, faz-se necessário pensar em termos de relações, fez-se necessário o estabelecimento de uma forma de acompanhamento que pudesse possibilitar, minimamente, a vivência da vida cotidiana do Movimento. Assim, entre 2007 e 2012, pude conhecer experiências de assentamentos nos estados do Ceará, Rio

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, UFC e graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA: camila.chaves@yahoo.com.br



Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Pará, Sergipe e Maranhão o que foi fundamental para que não houvesse, neste trabalho, a generalização de casos particulares, mas a tentativa de criação de um sistema.

Para Bourdieu (1998, p.144)

só há diferença socialmente conhecida e reconhecida para um sujeito capaz não só de perceber as diferenças, mas também de as reconhecer como significantes, interessantes, quer dizer, para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação para fazer as diferenças que são tidas por significativas no universo social considerado.

Dentre essas experiências, houve aquelas de vivências mais duradouras (entre doze e quinze dias ininterruptos) que consolidaram as bases para as reflexões apresentadas neste artigo. Nestas ocasiões, era possível partilhar o dia a dia das famílias que vivem em áreas sob coordenação do Movimento, acompanhando-as no desenvolvimento das tarefas diárias – tais como plantio de sementes e mudas, colheita de alimentos, capina de plantações – e observando suas formas de organização social, política, cultural e administrativa, consolidando, deste modo, o método da observação participante.

É importante dizer ainda que foram tomados os cuidados para não cometer, durante a pesquisa, os problemas passíveis de ocorrer quando se trata deste tipo de inserção, tais como aqueles apontados por Amorim (2001), como as ênfases: no campo, na ação e menosprezo à teoria e ao conceito; na proximidade com o outro, identificação, empatia e naturalidade no encontro; e na experiência do pesquisador, sua vivência, sua pessoa. Para tanto, foi adotada ainda a pesquisa bibliográfica com a finalidade de possibilitar o embasamento teórico necessário para as reflexões que seguiram, ora de modo argumentativo, fazendo jus à cientificidade, ora narrativo, como forma de trazer ao texto a voz do outro encontrado em campo.

Por fim, fala-se, neste artigo, da Comunicação como ferramenta de mobilização e do seu caráter essencialmente educativo. Propõe-se também a mostrar a importância dada pelos movimentos sociais aos saberes e técnicas que na maioria das vezes estão restritos aos ambientes acadêmicos ou profissionais, deixando assim ao comunicador social, mais especialmente aos relações públicas, o papel de auxiliar estes segmentos na construção de alternativas que tornem a transformação uma possibilidade.

2 A Comunicação entre conceitos



Com as constantes transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, a busca por novas dinâmicas que contribuam para a mobilização e fortalecimento de novos atores sociais é reiniciada a todo instante. Neste contexto, partilhar os espaços e, sobretudo as novas relações organizadas por movimentos sociais e populares que têm em comum o objetivo de construção de uma nova sociedade, faz despertar a necessidade de refletir sobre conceitos, práticas e funções específicas à comunicação social, especialmente às Relações Públicas, mas fundamentais a todas e todos diante desta importante tarefa que pressupõe mudança.

Na definição de Martino (2001) a Comunicação é uma ação intencional realizada sobre outrem, e cujo exercício é capaz de desenvolver atividades como o ensino ou o confronto de ideias. Alguns de seus significados importantes estão ligados a uma relação onde haja elementos que se destacam de um fundo de isolamento e a intenção de rompê-lo, bem como à ideia de uma realização em comum, o que não pode ser confundido, porém, com dois outros sentidos, o da semelhança e o da participação, uma vez que a comunicação é um processo que nasce de um encontro.

Segundo o pensamento de Martino (2001, p.14) sobre o ato de comunicar não significar, necessariamente, participar, tem-se que embora um grupo de indivíduos compartilhe o mesmo espaço ou as mesmas práticas, não pressupõe participação, pois esta está ligada às relações estabelecidas entre consciências e não matérias, designando, tal como se expressa no outro significado para comunicação proposto pelo autor. Na nova análise, derivada da decomposição do termo (comum + ação), onde, mais que matéria, partilha-se um objeto de consciência, uma informação não é comunicação a menos que haja interação. Neste sentido, afirma que

a informação é o rastro que uma consciência deixa sobre um suporte material de modo que uma outra consciência pode resgatar, recuperar, então simular, o estado em que se encontrava a primeira consciência. O termo informação se refere à parte propriamente material, ou melhor, se refere à organização dos traços materiais por uma consciência, enquanto que o termo comunicação exprime a totalidade do processo que coloca em relação duas (ou mais) consciências (MARTINO, 2001, p.17).

Mas é em Bordenave (1982, p.36) que os significados relacionados à comunicação remetem, de modo mais direto, à ideia de transformação aqui trabalhada, uma vez que ela é definida como o meio que possibilita às pessoas relacionarem-se entre si, transformando-se umas às outras e, conseqüentemente, à realidade que as



rodeia. Assim, entende-se que é pela comunicação que experiências, ideias e sentimentos são compartilhados e, tal como afirma, sem ela “cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo”.

Embora afirme a praticamente impossibilidade de definição de onde começa e termina o processo de comunicação, o autor menciona algumas fases que costumam participar deste processo, ressaltando que assim a fazem não sob uma ordem pré-estabelecida, mas em qualquer ordem, de modo simultâneo ou mesmo conflitante. Entre elas, destaca: a pulsação vital, a interação, a seleção, a percepção, a decodificação, a interpretação, a incorporação e a reação.

Ainda em Bordenave (1982, p.45-7), a comunicação é definida não como um conjunto de peças, mas “um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento”, atendendo, conseqüentemente, às seguintes funções: instrumental, de “satisfazer necessidades materiais ou espirituais” do indivíduo; informativa, de apresentar uma informação nova; regulatória, de “controlar o comportamento dos outros”; interacional, de relacionar-se com outros indivíduos; de expressão pessoal, de identificar e expressar a si mesmo; heurística ou explicativa, de “explorar o mundo dentro e fora” do indivíduo; imaginativa, de “criar um mundo próprio de fantasia e beleza”; além daquela que expressa os papéis ocupados por quem participa do ato de comunicar.

Dentre as fases e as funções propostas por Bordenave, aquelas relacionadas à interação merecem especial atenção, sobretudo por estarem diretamente relacionadas ao conceito Sociológico do processo de comunicar. Como analisado por Melo (1978, p.21), na concepção sociológica, a Comunicação se dá como elemento gerador e delimitador da interação social, orientada não apenas por questões biológicas, mas, sobretudo pela necessidade do indivíduo de relacionar-se com o mundo. Para que a interação seja concretizada, torna-se necessário que o instrumento da relação social possa ser compreendido por todas e todos que compõem tal relação. É então que, como afirma, o papel da Comunicação torna-se decisivo, sendo responsável pelo “processo de inserção e integração do indivíduo na organização social”.

3 Comunicação Social e Relações Públicas no contexto de mobilização

Segundo Henriques (2007, p.20), para que as pessoas possam “sentir-se como parte do movimento e abraçar verdadeiramente a sua causa”, a comunicação planejada



estrategicamente precisa ser geradora e mantenedora de vínculos a serem fortalecidos pela interação. Esta, realizada face-a-face, figura como estratégia capaz de gerar proximidade entre os indivíduos e possibilitar maior coesão nas ações, para que sejam desenvolvidas de forma articulada, podendo ser geradoras de representatividade e do sentimento de co-responsabilidade.

Assim, coloca-se como necessário que um projeto de mobilização permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração, onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade pela sua solução. Isso significa dizer que a comunicação deve ser planejada para estimular a participação destes públicos, devendo estar orientada pelo sentimento de co-responsabilidade (HENRIQUES, 2007, p.21).

Em tempos de avanços constantes das tecnologias, falar de interação face-a-face pode parecer um retrocesso. Com a digitalização dos meios como característica e possibilidade, a presença real dos indivíduos tem deixado de ser condição para que as trocas aconteçam. Nesse movimento, além de se perder em olhares, gestos, toques e expressões de opiniões que nem sempre se dão pelo uso de palavras, se esquece que muitas tecnologias que poderiam auxiliar nas trocas de conteúdos, ainda estão longe de serem utilizadas por alguns grupos dado seu alto custo.

Em acampamentos ou pré-assentamentos do MST, durante as reuniões de moradores, esta preocupação pôde ser percebida em alguns diálogos, sobretudo naqueles que falavam da redivisão das terras em lotes para a realocação das famílias. Tal fato se dá porque, quando uma terra é ocupada, há uma tendência de as moradias provisórias serem construídas próximas umas das outras. Assim, em um ou poucos mais caminhos de terra estão os casebres; a escola; o galpão onde ficam guardadas as ferramentas de uso coletivo; o barracão para a realização das oficinas, cursos e reuniões; além dos acessos às plantações, áreas de criação de animais ou espaços de lazer. Em outras palavras, geograficamente falando, dada a proximidade, são múltiplas as possibilidades para que as trocas aconteçam.

Nesse sentido, a divisão em lotes, que costuma demorar dada a morosidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por exemplo, faz divergir opiniões relativas à organização do espaço: se por um lado, a redistribuição das famílias por toda a área do assentamento traz a possibilidade de mais espaço para a construção das moradias e maior proximidade das áreas de cultivo não-coletivas; por outro, a separação não costuma se dar somente de forma geográfica, mas também social,



funcionando como empecilho ao processo de mobilização que costuma contar com a interação face-a-face como sua principal ou mesmo única aliada.

Henriques (2007, p.30) salienta que a comunicação no processo de mobilização deve ter como características a coordenação de ações e a construção de relacionamentos, figurando assim como um importante espaço de atuação ao profissional de Comunicação Social, especialmente de Relações Públicas, uma vez que os fundamentos de seu trabalho são diretamente dirigidos à construção de relacionamentos entre instituições e públicos podendo “garantir a livre expressão dos atores e a continuidade de um processo dialógico que deve compor um projeto mobilizador verdadeiramente democrático”.

As Relações Públicas como atividade são definidas por Simões (1995, p.42) como “o exercício da administração da função política organizacional, enfocado através do processo de comunicação da organização com seus públicos”, objetivando a busca da cooperação mútua. Para o autor, a conclusão de que as Relações Públicas vinculam-se aos objetivos políticos da organização, torna-se evidente uma vez que se compreende a ação de comunicar como ato político, e as ações destas atividades referem-se ao controle do processo de comunicação.

As ações do homem, mais claramente as ações contributivas e menos as lúdicas, procedem da informação. A organização, a regulamentação e o controle das mensagens, e também das técnicas e das modalidades de transmissão e de recepção, tudo isso constitui a fonte de poder social e daquela sua expressão, da maior importância, que é o poder político (SEMAMA apud SIMÕES, 1995, p.109).

Henriques (2007, p.22) entende que no processo de mobilização social a geração e manutenção de vínculos dos públicos com o movimento figura como função básica que, para ser bem sucedida, necessita cumprir de forma integrada e articulada com outras funções, como a de “difundir informações, promover a coletivização, registrar a memória e fornecer elementos de identificação com a causa e o projeto”. Além disso, a coordenação de ações é apontada como possibilidade de cumprimento da premissa de que a comunicação no processo de mobilização social deva partir de uma proposta ética, apresentando-se como educativa, dialógica e libertadora (HENRIQUES, 2007, p.25).

O caráter educativo da comunicação é, ainda segundo o autor, capaz de “gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos” (HENRIQUES, 2007, p.27). A ela cabe a orientação no processo de interação ou mesmo



a criação de espaços de diálogo, quando não existentes. Nas Relações Públicas, ao tratar do papel pedagógico junto aos movimentos sociais e populares, Peruzzo (1986, p.127) fala da importância do respeito à criatividade e ao jeito próprio dos movimentos de se relacionar, cabendo ao profissional a troca de saberes.

A ideia de troca de saberes permite refletir sobre como algumas funções específicas à Comunicação Social, especialmente às Relações Públicas, já são desempenhadas, ainda que de forma incipiente, em espaços de organização dos movimentos sociais, demonstrando a importância que é dada estas ações e, principalmente, o quão fértil são esses ambientes para a atuação daquelas e daqueles que são detentores de um saber especializado de que os movimentos ainda não dispõem.

4 As Relações Públicas no cotidiano das práticas

A questão da receptividade e, principalmente, do desempenho de atividades e funções específicas às Relações Públicas pôde ser observado durante a organização do casamento de dois jovens assentados, durante vivência realizada no pré-assentamento Santo Dias, em fevereiro de 2008. No referido processo, foi possível identificar o desempenho das funções oficiais das Relações Públicas estabelecidas pela Comisión Intamericana para La Enseñanza de las Relaciones Públicas (CIERP) e aceita pelas entidades filiadas à Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas (FIARP), que são: pesquisa, assessoramento, planejamento, execução e avaliação (PERUZZO, 1986, p.43).

Ocorreu que em uma das reuniões, entre repasses e articulações referentes à produção, saúde e finanças, estava a realização do casamento entre os jovens estudantes que há pouco mais de um ano haviam feito a opção de pouco a pouco abrir mão da confortável vida na capital, para enfim viver como trabalhadores do campo assentados. Os jovens manifestavam o desejo de realizar a cerimônia de casamento dali a quatro dias, mas gostariam de pedir a opinião do coletivo, uma vez que a região passava por período de chuvas e que pessoas que não faziam parte do assentamento seriam convidadas.

A atitude do jovem casal de colocar em reunião o que muitos poderiam pensar só dizer respeito a eles mesmos, apresentou características relativas à pesquisa enquanto função das Relações Públicas. Como ponto de partida para a realização da cerimônia, este ato possibilitou a obtenção de opiniões do grupo e de informações que nortearam as



ações que se sucederam. Além disso, o compartilhamento desta informação foi capaz de gerar o sentimento de co-responsabilidade nas famílias assentadas, que abraçaram, generosamente, a união civil em nome da comunidade.

Entre as vozes animadas com a proximidade da festa, o casal fez questão de lembrar que o tempo por que passavam, no calendário cristão era correspondente à quaresma, os quarenta dias que antecedem a ressurreição de Jesus comemorada no Domingo de Páscoa. Para eles, este período deveria ser de meditação, jejum e oração e, em respeito a isso, falavam da necessidade de não se realizar uma festa com excessos. Assim, pediram também para que os presentes pudessem compreendê-los, pois na comemoração da cerimônia de casamento não seriam servidas carnes ou bebidas alcoólicas.

O pedido de não ingestão de bebidas alcoólicas durante a comemoração, embora dividisse opiniões, precisava ser compreendido por todas e todos, principalmente por aqueles que não participavam da reunião. Como sugestão, a cada um caberia explicar em suas casas os porquês da desta decisão. Do mesmo modo, aos noivos caberia conversar com parentes e amigos, sobretudo com aqueles que chegariam dias antes ao pré-assentamento, sobre as regras internas do espaço, tais como sobre a não utilização de drogas ou o horário de dormir.

Nos dois casos, percebe-se o desempenho da função de assessoramento, uma vez que esta é compreendida como um trabalho de coordenação no sentido de sugerir atitudes no tratamento com os públicos em geral (PERUZZO, 1986, p.43). No caso do pré-assentamento, os públicos eram conhecidos, a maioria familiares e amigos, o que permitia prever de que forma poderiam agir diante do que foi decidido. Foi também a proximidade com esse público o que possibilitou a sugestão do diálogo como ação possível de evitar eventuais problemas.

O planejamento para a definição do *que, como, quando* e *quem* fazer, acontecia simultaneamente ao surgir de cada nova ideia. Primeiramente era preciso saber em que local do pré-assentamento os noivos receberiam as bênçãos do padre e onde se daria a comemoração. Estava então decidido: se fizesse sol, seria no espaço entre as mangueiras, mas se fosse chuva o que viesse, não haveria problema, pois os homens receberam como tarefa a construção de um barracão. Já às mulheres, coube a responsabilidade de trabalhar no preparo dos alimentos.

Era preciso saber também quantas pessoas, além das que já moravam no Santo Dias, participariam da cerimônia, quando chegariam e, caso fosse antes, onde ficariam



alojadas e que tarefas assumiriam para assim, pudessem sentir-se também parte da organização. As crianças também não ficariam de fora: às mais novas caberia o acompanhamento dos adultos durante o desempenho das tarefas, figurando uma proposta educativa, além dos ensaios de cânticos religiosos que mais tarde formariam um coral; já os mais crescidos se propunham a colher os ingredientes que mais tarde serviriam ao preparo dos sucos e quitutes.

Antes mesmo do término da reunião, a função de execução, aqui entendida como o desenvolvimento propriamente dito das ações planejadas, já estava sendo desempenhada. Chegado o final todas e todos que participavam do encontro e com ele contribuíram, tinham não somente tarefas para desenvolver, mas também a importância de mobilizar mais pessoas a participar daquela construção. Assim, ao passo que iam passando os poucos dias que faltavam até a data marcada para o evento, ele pertencia cada vez mais ao coletivo.

Na véspera da cerimônia, a movimentação no pré-assentamento era grande. Entre uma prosa e outra, os homens traziam madeiras, pregos, palhas e lona que logo foram transformados em um grande barracão. De cada uma das moradas saíam fumaças cheirosas daquilo que as donas preparavam em mutirão. Do mato, as crianças surgiam em brincadeira trazendo milho, amendoim, pimenta doce e goiaba, enquanto outras ensaiavam em coral a cantoria que agora contava com som do sax tocado por uma amiga convidada. Dos parentes que chegaram antes, alguns escreviam em papéis as mensagens que mais tarde enfeitariam as mangueiras, todas relacionadas ao amor, à terra, à luta, à união e à família.

O sol anunciou o dia e um foguete solto pontualmente às 15 horas o começo da cerimônia. Arrumadas, as famílias saíam de suas casas e compunham o círculo que assistia ao ritual à sombra das mangueiras. Terminadas as bênçãos e feita a troca de alianças, é chegada a hora da comemoração. Sob o barracão, as pessoas cantavam, dançavam, sorriam, conversavam e principalmente comiam. Eram pamonhas doces e salgadas, broas de amendoim, bolos de mandioca ou milho, pães de queijo, requeijões, bolachas, pãezinhos entre tantos outros. Já para beber, muito suco de manga ou goiaba vermelha ou ainda branca.

Após terminado o festejo, as opiniões já se expressavam antes mesmo de ser realizada a próxima reunião quando seria avaliada a atividade. De um modo geral os comentários que seguiram foram bastante positivos e apontavam para o papel de cada indivíduo em um trabalho construído de forma coletiva. Assim, uma vez que se



considera que “as pessoas precisam, no mínimo, de informação para se mobilizarem, mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança” (BRAGA & MAFRA apud HENRIQUES, 2007, p.65), se tem reforçada a importância das ações de comunicação no processo de transformação social.

É importante que se diga que ao identificar e relacionar as atividades realizadas no pré-assentamento as funções básicas das Relações Públicas, há a necessidade de dizer que os espaços sob organização dos movimentos populares têm grande abertura ao desenvolvimento da atividade, e não a pretensão de afirmar que a presença de um profissional desta competência se faz necessária com o intuito de apontar erros e tomar para si a coordenação das ações. Mesmo porque, é sabido que na maioria das vezes estas organizações não dispõem de recursos para a remuneração de atividades profissionais especializadas.

É neste sentido que o profissional de Comunicação Social, especialmente de Relações Públicas, precisa atuar como educador de modo a possibilitar que aquelas e aqueles que compõem diariamente estes movimentos sejam também os detentores do conhecimento específico necessário ao desempenho das ações de comunicação. No entanto, para que isto aconteça, Peruzzo (1986, p.127) afirma que são necessários cinco passos a serem dados pelo profissional: mudar existencialmente de modo a deixar de ser o ser de contatos para tornar-se um verdadeiro ser de relações; sacudir a passividade política; reconhecer-se como classe e atuar de forma coletiva; estudar possíveis alianças com as classes oprimidas; e oferecer suas técnicas a estas classes.

Sobre o papel pedagógico do profissional das Relações Públicas, Peruzzo (1986, p.25) ressalta a necessidade de este estar inserido na concepção libertadora da educação, problematizando e desmistificando a realidade que, segundo Paulo Freire, é ocultada por uma forma de educar onde o que mais importa é depositar informes, evitando a reflexão crítica e freando a impaciência.

Sob a perspectiva da educação é que se apresenta também a importância de a comunicação para a mobilização social ter caráter dialógico – uma vez que os saberes não são transferidos, mas construídos no encontro, nas relações – e libertador – pois com o outro pode-se problematizar um conhecimento sobre uma dada realidade para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la. É neste sentido que cabe afirmar que, a partir da apropriação destes conhecimentos permite o repensar de conceitos, técnicas e



ferramentas, não somente ao comunicador social, mas a qualquer profissional que tenha a transformação da sociedade e a emancipação humana como fim.

Durante muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens. Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo (BERGER apud PERUZZO, 1998, p.113).

5 Considerações finais

Uma vez que, como já não cabe mais pensar em termos de indivíduos e grupos, mas em relações, tal como propunha Bourdieu (1998, p.28), pode-se afirmar que, do mesmo modo, não cabe mais ao comunicador social ou, mais especificamente aos relações públicas pensar em termos de jornais, murais, blogs, programas de rádio, ou outros meios, ferramentas ou métodos que, embora informem, não cumprem necessariamente a função de “convocar vontades para um propósito determinado, para uma mudança na realidade” (TORO & WERNECK apud HENRIQUES, 2007, p.35).

Nesse sentido, torna-se mais oportuno a identificação dos cenários, dos agentes que nele atuam e das estratégias por eles utilizadas com vistas à criação de produtos, que por sua vez, são objetos que significam, mas ao mesmo tempo, são significados, por este modo, são formadores do espaço (SANTOS, 1994). Além disso, uma vez que se afirma que este profissional no contexto da mobilização assume o papel de educador, faz-se preciso pensar ou mesmo criar formas novas de comunicar que sejam capazes de atender aos modos de pensar e agir destes novos sujeitos.

Com efeito, o educador, embora das formas mais diversas e mesmo nestas condições históricas adversas, sempre tem uma determinada margem de manobra na sua atividade. Ele estrutura programas; seleciona conteúdos; escolhe materiais; confere maior ou menor ênfase a determinados aspectos; é dele a opção por determinado método; é dele a escolha de determinada relação com os educandos; etc. Ora, tudo isto é amplamente influenciado pelo fim que ele deseja atingir (TONET, 2005, p.148).

Ao comunicador social comprometido com os processos de mobilização, cabe não somente compreender a realidade em que encontra-se inserido, mas principalmente, buscar meios que sejam capazes de facilitar esta compreensão a outros segmentos da sociedade, compartilhando saberes e técnicas na maioria das vezes restritos aos ambientes acadêmicos ou profissionais, sendo o responsável, deste modo, por auxiliar na construção de alternativas que possam levar à mudança.



Portanto, uma vez que, tal como afirma Bordenave (1982, p.38) “a realidade influi sobre o comunicar e o comunicar sobre a realidade”, é oportuno dizer que a vivência de novas relações como aquelas em espaços sob coordenação do MST, compartilhando saberes e experiências atuam como motor para pensar formas novas de comunicar que sejam capazes de influir sobre a realidade com vistas a transformá-la.

Referências bibliográficas

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas** / Marília Amorim. -- São Paulo : Musa Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1998. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. - 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINO, Luiz c. **De qual comunicação estamos falando?** In HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, José Marques de. **Comunicação social: teoria e pesquisa**. 6.ed. Petrópolis, RJ: 1978. Ed, Vozes.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. S. Paulo, Summus Editorial, 1986. 2ª edição.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política**. 3.ed. ver. e ampl. – São Paulo: Summus, 1995.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Edunijuí, 2005.